

**PROCESSO** - A. I. Nº 09300864/03  
**RECORRENTE** - ABCC - ASSOCIAÇÃO BAIANA DOS CRIADORES DE CAVALOS  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0273-02/04  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/METRO  
**INTERNET** - 21/10/2004

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0247-12/04

**EMENTA:** TPS. TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. POLICIAMENTO EM EVENTOS. FALTA DE PAGAMENTO. É devido o pagamento da Taxa de Prestação de Serviços (TPS), relativamente ao pedido efetuado pelo contribuinte para o policiamento referente ao evento Festival do Cavalo com Show Musical. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão que julgou Procedente o Auto de Infração, lavrado em 29/12/2003, para exigir a TPS (Taxa de Prestação de Serviços), no valor de R\$13.440,00, acrescida da multa de 60%, referente ao serviço de policiamento prestado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, no período de 14 a 16/12/2001, por solicitação do autuado, quando do evento “Festival do Cavalo com Shows Musicais”, realizado no Parque de Exposições – Paralela, nesta Capital, conforme documentos às fls. 3 a 7 dos autos.

O autuado foi cientificado da autuação em 28/01/2004, tendo apresentado impugnação às fls. 18 a 20, no qual se insurge contra o Auto de Infração esclarecendo que o evento objeto da autuação foi realizado em parceria com a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, além da Secretaria da Indústria e Comércio, EBDA, Voluntárias Sociais e outras, cujo apoio prestado pela Secretaria de Segurança Pública para a garantia da segurança dos participantes do evento abrangeu inclusive o próprio Estado da Bahia.

Em seguida, entendendo ser uma obrigação do Estado prestar serviço de segurança ao cidadão, e argumentando que a ABCC como instituição sem fins lucrativos, defensora dos interesses do campo em nosso Estado, não possui condições financeiras para o pagamento da exigência fiscal, requer a improcedência da autuação.

O autuante mantém o Auto de Infração, dizendo que a exigência da taxa pela prestação de serviço (TPS) está conforme solicitação da empresa de serviço de policiamento relativo ao evento Semana do Cavalo, com shows musicais de diversos artistas do mundo musical, nos dias, 14, 15 e 16/12/2001, no Parque de Exposições do Estado da Bahia (doc. fl. 3).

Diz que ocorreu a prestação de serviço com fornecimento de policiamento Civil e Militar, para segurança interna e externa do evento, e que a taxa pela prestação de serviço no valor de R\$13.440,00 foi calculada conforme memória de cálculo à fl. 9, sendo enquadrada a infração nos artigos 83, inciso II, 84, inciso II, 87, parágrafo único, da Lei nº 3.956/81, e no artigo 7º da Lei nº 7.753/00.

O julgador de Primeira Instância fundamentou a “SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO” e a Portaria nº 041/2001 da Delegacia da Décima Segunda Circunscrição Policial, estabelecendo a escala extra de serviço para os funcionários da DEPOL que trabalharam no evento, diz que o autuado não nega a realização do serviço, no entanto entendendo ser uma obrigação do Estado prestar serviço de

segurança ao cidadão, argumenta que como instituição sem fins lucrativos, defensora dos interesses do campo em nosso Estado, não possui condições financeiras para o pagamento da exigência fiscal.

Entende que o argumento defensivo não é capaz para elidir a exigência fiscal, tendo em vista que de acordo com o artigo 83, inciso II, 84, inciso II, 87, parágrafo único, da Lei nº 3.956/81, e no artigo 7º da Lei nº 7.753/00, é devido o pagamento da Taxa de Prestação de Serviço – TPS.

Assim, tendo em vista que o PAF está revestido das formalidades legais, considerou que está provada nos autos a responsabilidade do autuado pelo pedido para o policiamento referente ao evento mencionado, e o conseqüente pagamento da taxa objeto da autuação, cujo cálculo da TPS, não merece qualquer reparação, pois na planilha com memória de cálculo à fl. 6, foram consignados os dados relativos ao número de policiais, quantidade de horas e o valor/hora por policial, estando o citado cálculo de acordo com o Anexo I do COTEB e Portaria 636/98.

Vota pela Procedência do Auto de Infração.

Em seu Recurso Voluntário o recorrente se limita apenas a insistir na sustentação de que a prestação de serviços pela Secretaria de Segurança durante o evento abrangeu o próprio Estado da Bahia, não competindo à ABCC o pagamento do tributo.

A Douta Procuradoria sustenta que o procedimento fiscal está fulcrado nos termos do arts. 83, II, 84, II e 87, Parágrafo único da Lei nº 3.956/81, combinado com a Portaria 1.561/99, e como se trata de um serviço específico, comprovadamente solicitado pelo autuado, a ela cabe o pagamento do tributo. Opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

## VOTO

Não resta a menor dúvida quanto à responsabilidade do pagamento do tributo por parte do recorrente, vez que a infração está devidamente tipificada na legislação estadual, reconhecida e comprovada nos autos a prestação de serviços mediante requisição do autuado.

Voto pelo IMPROVIMENTO do Recurso Voluntário, mantendo a Decisão recorrida pela PROCEDÊNCIA da autuação.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09300864/03**, lavrado contra **ABCC – ASSOCIAÇÃO BAIANA DOS CRIADORES DE CAVALOS**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da taxa no valor de **R\$13.440,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 91, I, da Lei nº 3.956/81, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de setembro de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ – RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS